

O
GOVERNISTA
PARAHYBANO

23 DE NOVEMBRO
DE 1850



O GOVERNISTA PARAHYBANO.

FOLHA OFFICIAL, POLITICA, E LITTERARIA.

O GOVERNISTA PARAHYBANO sahirá regularmente todos os Sabbados. — Subscreve-se para o mesmo nesta Typographia. Preço da assignatura 15000 rs. por um trimestre. Avulso 80 rs. As correspondencias, ou communicados de que trata o Prospecto, relativos aos interesses politicos, moraes, e materiaes do Paiz serão entregues na Typographia, e publicados gratuitamente.

PARTE OFFICIAL.

LEI N.º 581 — de 4 de Setembro de 1850.
Estabelece medidas para a repressão do trafico de Africanos neste Imperio.

Dom Pedro por Graça de Deos, e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléa Geral Decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte.

Art. 1.º As Embarcações Brasileiras encontradas em qualquer parte, e as Estrangeiras encontradas nos portos, enseadas, ancoradouros, ou mares territoriaes do Brasil, tendo a seu bordo escravos, cuja importação é prohibida pela Lei de sete de Novembro de mil oitocentos trinta e um, ou havendo-os desembarcado, serão apprehendidas pelas Autoridades, ou pelos Navios de Guerra Brasileiros, e consideradas importadoras de escravos.

Aquellas que não tiverem escravos a bordo, nem os houverem proximoamente desembarcado, porem que se encontrarem com os signaes de se empregarem no trafico de escravos, são igualmente apprehendidas, e consideradas em tentativa de importação de escravos.

Art. 2.º O Governo Imperial marcará em Regulamento os signaes que devem constituir a presumpção legal do destino das embarcações ao trafico de escravos.

Art. 3.º São autores do crime de importação, ou de tentativa dessa importação o dono, o capitão ou Mestre, o Piloto e o Contramestre da embarcação, e o sobrecarga. São complices a equipagem, e os que coajuvarem o desembarque de escravos no territorio Brasileiro, ou que concorrerem para os occultar ao conhecimento da Auctoridade, ou para o subtrahir a apprehensão no mar, ou em acto de desembarque, sendo perseguido.

Art. 4.º A importação de escravos no territorio do Imperio fica nelle considerada como pirataria, e será punida pelos seus Tribunaes com as penas declaradas no Artigo segundo da Lei de sete de Novembro de mil oitocentos trinta e um. A tentativa e a complicitade serão punidas segundo as regras dos Artigos trinta e quatro e trinta e cinco do Código Criminal.

Art. 5.º As embarcações de que tratão os Artigos primeiro e segundo, e todos os barcos empregados no desembarque, occultação, ou extravio de escravos, serão vendidos com toda a carga encontrada a bordo, e o seu producto pertencerá aos apressadores, deduzindo-se um quarto para o denunciante, se o houver. E o Governo, verificado o julgamento de boa presa, retribuirá a tripulação da embarcação com a somma de quarenta mil reis por cada um Africano apprehendido, que sera distribuida conforme as Leis a respeito.

Art. 6.º Todos os escravos que forem apprehendidos serão reexportados por conta do Estado para os portos donde tiverem vindo, ou para qualquer outro ponto fóra do Imperio, que mais conveniente

parecer ao Governo; e em quanto essa reexportação se não verificar, serão empregados em trabalho de baixo da tutela do Governo, não sendo em caso algum concedidos os seus serviços a particulares.

Art. 7.º Não se darão passaportes aos navios mercantes para os portos da Costa da Africa sem que seus donos, Capitães ou Mestres tenham assignado termo de não receberem a bordo delles escravo algum, prestando o dono fiança de uma quantia igual ao valor do navio, e carga, a qual fiança só será levantada se dentro de dezoito mezes provar que foi exactamente cumprido aquillo a que se obrigou no termo.

Art. 8.º Todos os apresamentos de embarcações, de que tratão os Artigos primeiro, e segundo, assim como a liberdade dos escravos apprehendidos no alto mar, ou na costa antes do desembarque, no acto d'elle, ou immediatamente depois em armazens e depositos sitos nas costas e portos, serão processados e julgados em primeira instancia pela Auditoria de Marinha, e em segunda pelo Conselho d'Estado. O Governo marcará em Regulamento a forma do processo em primeira e segunda instancia, e poderá crear Auditores de Marinha nos portos onde convenha, devendo servir de Auditores os Juizes de Direito das respectivas Comarcas, que para isso forem designados.

Art. 9.º Os Auditores de Marinha serão igualmente competentes para processar e julgar os réos mencionados no Artigo terceiro. De suas decisões haverá para as Relações os mesmos recursos e apellações que nos processos de responsabilidade.

Os comprehendidos no Artigo terceiro da Lei de sete de Novembro de mil oitocentos trinta e um, que não estão designados no Artigo terceiro desta Lei, continuarão a ser processados, e julgados no foro commum.

Art. 10. Ficão revogadas quaesquer disposições em contrario.

Mandamos por tanto a todas as Autoridades a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir, e guardar tão inteiramente, como nella se contém. O Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos quatro de Setembro de mil oitocentos e cincoenta, vigesimo nono da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR Com Rubrica e Guarda.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.
Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que Houve por bem Sinccionar, estabelecendo medidas para a repressão do trafico de Africanos neste Imperio, na forma acima declarada.

Para Vossa Magestade Imperial Ver.

Antonio Alves de Miranda Varejão a fez.

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.
Sellada na Chancellaria do Imperio em 5 de Setembro de 1850.

Josino do Nascimento Silva.

Publicada na Secretaria d'Estado dos Negocios da Justiça em 5 de Setembro de 1850.

Registrada a fl. 135 v. do Liv. 1.º de Leis. Secretaria d'Estado dos Negocios da Justiça em 27 de Setembro de 1850.

José Tiburcio Carneiro de Campos.

GOVERNO DA PROVINCIA.

Conclusão do expediente do dia 9 de Novembro de 1850.

— Ao primeiro tenente de engenheiros que a informação por Smc. dada acerca do requerimento de Antonio Polari sobre o pagamento, que pede das ultimas duas folhas de despeza com o quartel de policia, não satisfaz, por isso que Smc. limita-se a asseverar que as referidas folhas ainda não foram pagas, e que o mestre é responsavel para com os operarios pelos seus jornaes, sem declarar se é verdadeiro o numero de operarios, e jornaleiros, se é certa a compra dos materiaes indicados nas ditas folhas, pelo que muito convém que isto declare, sobre cujo objecto versa a duvida da Presidencia.

— Ao commandante da companhia fixa que de pois da sua informação dada acerca da fuga dos trez recrutas, conforme exigio a Presidencia, tem a dizer que sem duvida foi a deserção dos recrutas Manoel Ferreira da Costa, João Germano da Silva, e Pedro Francisco Corrêa proveniente de pouco cuidado, o que se deprehende da facilidade com que Smc. consentio a noute de sentinella no portão do quartel um dos ditos recrutas, com tão poucos dias de praça, e as ninhadas cautellas, que se tomarão sobre os outros dous logo que constou a fuga do primeiro, a qual devia suscitar a lembrança de prevenir a dos dous; esperando a Presidencia que d'ora em diante Smc. dara as mais rigorosas providencias para não se dar a reproducção de tal occorrença.

— Ao chefe de policia accusando a recepção do seu officio numero 879 datado de hontem communicando o assassinato perpetrado no termo do Pilar no dia 6 do corrente na pessoa do infeliz José Patricio Corrêa, e que muito convém que Smc. procure informar-se das respectivas autoridades se o finado tinha alguma entriga na villa de Cabaceiras d'onde viera ver sua familia no Pilar, aonde era bem quisto com todos, como Smc. diz, uma vez que é provavel ter vindo o assassino d'aquella villa de Cabaceiras. Quanto a dizer o delegado respectivo que um destacamento naquelle termo tal vez obstasse o assassinato, responde a Presidencia que outro, e não esse motivo, talvez podesse obstar a perpetração do delicto, que não parece mui facil de prevenir; por quanto devendo estar o destacamento; no caso de ter sido possível conceder o na villa, e em Pedras de Fogo, de maneira alguma podia obstar a perpetração de um crime em lugar distante do seu aquartelamento; a Presidencia muito reconhece a necessidade de destacamentos na dita villa, em Pedras de Fogo, e em outros lugares da provincia, aonde infelizmente se vão reproduzindo assassinatos, porem a grande força, que é obrigada a conservar em certos pontos centrais, mais carecidos, tem obstado a realisação dessa medida, que brevemente será tomada; cumprindo entretanto que Smc. recomende ao dito delegado o maior cuidado na repressão dos crimes, descoberta e captura dos criminosos que no termo vão aparecendo com assombro, para o que lhe não faltará meios pedindo auxilio a guarda nacional, ou convocando os cidadãos como já foi determinado.

— Ao engenheiro da provincia para examinar o estado do edificio que servio antigamente de alfandega desta cidade, hoje deposito de pão brazil, e informe a Presidencia com o que occorrer.

NOVEMBRO 11. — Ao commandante superior da cidade para que informando-se de quem partiu a

falta que se deu na maior parte da guarnição desta cidade, falta por de mais reproduzida, expeça as mais severas e terminantes ordens para serem presos os guardas, e inferiores no quartel de primeira linha, fazendo apresentar na sala das ordens do Governo os officiaes detalhados para terem o destino determinado por lei. As repetidas, e indisculpaveis faltas da guarda nacional, quando tem de dar serviço, denotão pouco zelo, e muita incuria dos officiaes a os quaes S. S. deve punir, advertindo-os de que o Governo terá muito em attenção taes faltas na proxima reorganisação da guarda nacional. A Presidencia aproveitando a occasião nota a morosidade que ha na correspondencia do commando superior com a mesma Presidencia, e principalmente no cumprimento de ordens, o que indubitavelmente tem corrido para taes faltas. Não sendo conveniente que este estado continue, a Presidencia recomenda a S. S. toda a actividade, e zelo para fazer o cessar, punindo a quem competir, qualquer que seja sua graduacão.

— Ao inspector d'administração das rendas approvando as arrematações do imposto das carnes dos municipios de Campina Grande por 1001\$ reis, de Bananeiras por 1101\$ reis, desta cidade por 4400\$ reis, de Mamanguape por 401\$ reis, de Pátos por 123\$ reis, e tambem o meio diário do pescado de Mamanguape por 121\$ reis; devendo passar-se títulos aos arrematantes; e que acerca dos municipios, que ainda não foram arrematados, convinha que continuassem os pregões.

— Ao commandante da companhia fixa em resposta ao seu officio de hoje, que não tendo o alferes da companhia do seu commando Antonio Caetano da Silva, obtido nova licença, nem constando ao Governo algum motivo justificado que o privasse de apresentar-se logo que concluiu a licença, de que gozava, cumpria que Smc. o considerasse ausente, sendo classificado desertor de pois de passado os dias da lei.

— Ao mesmo communicando que por despacho de hoje foi concedida ao soldado Izidro José Cavalcante, licença de favor por trinta dias, conforme requereu e Smc. informou.

— Ao major encarregado do deposito bello de terminando que faça concertar os lampiões que estão arruinados na frente de palacio, e na cadeia, remetendo a conta da despeza para ser paga.

— Ao inspector d'administração das rendas mandando pagar ao major Gonsalo Severo de Moraes, dez mil reis, que dispenceo com a compra de linhas, e travessões para as tarimbadas da cadeia da cidade.

— Ao chefe de policia para que faça sentir ao delegado da cidade que a Presidencia não pode suppor, estando o termo tranquillo, a existencia de muitos a faseres na delegacia, a pinto de ter chegado e começo do processo contra o escravo Cornelio de Estevão Cavalcante de Albuquerque, como diz o mesmo delegado no officio que acompanhava ao de Smc. de 9 do corrente, e que tal evasiva revela a existencia de outros motivos, quaes quer que sejam, assim como que deve immediatamente o dito delegado instaurar o processo pelo insulto feito pelo mencionado escravo a guarda da cadeia; communicando a Presidencia por intermedio de Smc. o seu resultado sobre o qual fica a mesma Presidencia attenta.

— Ao commandante superior da cidade ordenando que expeça ordem para que vá um corneia da guarda nacional fazer os toques do quartel da companhia fixa todos os dias, até que se restabeleça da molestia, que sofre, o corneta da mesma companhia.

— Communicou-se ao commandante respectivo em resposta ao seu officio de 9 do corrente.

— Ao commandante da companhia fixa sciencificando-o de que por ordem da Presidencia ficam dispensados de seguir para a corte os cadetes Francisco José do Rozario Junior, por ter obtido li-

cença do Governo Imperial para estudar, e Francisco Severiano Benicio de Carvalho por estar empregado no rancho da companhia, devendo ir em lugar destes Francisco José da Silva, e José Geraldo Gomes; e como este ultimo ainda não fosse reconhecido cadete, cumpria que Smc. fizesse quanto antes adiantar sua justificação, facilitando o que estiver a seu alcance, para que possa elle seguir com os mesmos que já foram destinados.

— Ao auditor de guerra recomendando o adiantamento da justificação para reconhecimento do cadete José Geraldo Gomes, cujos papeis, consta, que existem em poder de Smc.

— Ao commandante da companhia fixa communicando que teve licença do Governo Imperial para continuar nos estudos preparatorios do lyceu o segundo cadete da companhia fixa Francisco José do Rozario Junior, e que tendo mostrado documento de haver pago na repartição competente os direitos do sello, e emolumentos da dita licença, entrou hoje no gozo della.

— Ao inspector da thesouraria de fazenda communicando que o major Antonio de Deus Costa, teve por despacho em data de hoje, que requeresse a S. S. o pagamento das vantagens, a que se julga com direito, pelo commando do destacamento da villa de Piancó, sobre o que S. S. informou favoravelmente em 9 do corrente.

— Ao chefe de policia que vai ter destino Amaro José de Oliveira, que se acha no quartel de primeira linha, e esta capaz para a armada.

— Ao inspector da thesouraria de fazenda communicando para sciencia e governo que o juiz municipal e de orfãos do termo da cidade baxarel Manoel Tertuliano Thomaz Henrique, participou que apesar de se haver findado a licença, que obtivera, não podia entrar no exercicio do seu emprego por continuar doente, e em uso de remedios.

NOVEMBRO 12. — Ao inspector d'administração das rendas communicando que foi indeferido em vista da informação de Smc. o requerimento de Luiz Antonio Nogueira de Moraes, segundo escripturario, em que pedia um mez de licença com vencimento.

— Ao inspector da thesouraria de fazenda que tomando em consideração o objecto do officio de S. S. datado de hontem acerca da falta de quota para pagamento da despeza feita com a boia, que a Presidencia mandou fabricar no arsenal de Pernambuco para substituir a que desapareceu da barra do Cabedelle, nesta data a Presidencia pede ao Governo Imperial autorisação para tal pagamento.

— Communicou-se ao Exm. Presidente de Pernambuco.

— Ao alferes Joaquim Pereira Xavier de Oliveira, accusando a recepção do seu officio de 4 do corrente, e que a Presidencia sciencie de sua estada na villa d'Alagoa Nova por motivo de molestia, para o que obteve licença do Governo Imperial, por de Smc. continuar a permanecer na sobrelta villa, como deseja, visto terem os seus soffrimentos diminuido algum tanto.

— Ao inspector da thesouraria de fazenda em resposta ao seu officio de hontem que o capitão graduado Francisco do Rego Barros Falcão foi nomeado commandante do corpo de policia desta provincia em 22 de julho de 1844, e demittido por portaria de 11 de abril de 1848.

— Ao subdelegado da villa de Bananeiras remetendo uma collecção das leis provinciaes do anno de 1848, a onde se achão a lei de 20 de junho, e regulamento de 31 de julho mesmo, anno acerca das legandas que devem escrever os productores nos volumes dos seus generos, e das guias, que os devem acompanhar para provincia extranha; e recommenda-se a boa execução destas disposições, na conformidade da circular da Presidencia de 16 do mez passado, em beneficio das rendas publicas.

NOVEMBRO 13. — Ao inspector d'administração das rendas approvando as arrematações do imposto das carnes dos municipios do Pilar por 2.011\$ reis, e de Cabaceiras por 60\$ reis.

— Ao primeiro suplente do juiz municipal de Pombal que a Presidencia fica sciencie de achar-se Smc. no exercicio de juiz municipal, por estar suspenso por decreto do Governo Imperial o juiz municipal, e de orfãos dos termos de Pátos, Pombal, e Catolê baxarel Antonio Benicio Saraiva Leão Castello Branco.

— Ao commandante da companhia fixa remetendo para informar com urgencia um officio do capitão de mar e guerra Antonio Firmo Coelho representando acerca da prisão do seu criado Emilio Ferreira dos Santos, recolhido ao quartel de Smc.

— Ao mesmo communicando em resposta ao seu officio de hontem, que a licença concedida pelo Governo Imperial ao cadete Francisco José do Rozario Junior, é registrada, segundo se vê declarado no aviso do ministerio da guerra, que isto communica.

— Ao chefe de policia remetendo os signaes do soldado da companhia fixa Manoel Joaquim d'Assumpção, que estando no hospital doente, se evadido por uma janella na madrugada de hoje, e escapando a uma pobre mulher se ausentara; para que Smc. recomende as autoridades policiaes a sua captura, havendo noticia de que o mencionado soldado fora visto em caminho do engenho Ahyai.

— Communicou-se ao commandante da companhia fixa em resposta ao seu officio desta data.

— Ao major Gonsalo Severo de Moraes, determinando que depois de se entender com o commandante da companhia fixa, mande preparar com a brevidade possível as grades de ferro que forem convenientes a segurança de cinco janella do mesmo quartel, pelas quaes se tem evadido praças da companhia, remetendo a conta para ser-lhe paga.

— Communicou-se ao commandante da companhia fixa em resposta ao seu officio de hoje; e que quando Smc. houver de recolher qualquer soldado a enfermaria preso, suspeito de fuga, além de examinar que não seja a molestia um pretexto para facilitar a fuga, tome outras cautellas, não confiando só na segurança do local a que for recolhido.

— Ao major Gonsalo Severo de Moraes determinando que faça comprar dez milheiros de tijolos de alvenaria, e cem alqueires de cal, e os mande entregar no quartel do corpo policial sob as vistas do respectivo commandante, enviando a conta para ser paga a despeza.

— Communicou-se ao major commandante do corpo de policia, e que tivesse todo o cuidado para se não extraviar o material, communicando a Presidencia logo que receber para ter destino.

— Ao inspector da thesouraria de fazenda communicando para sciencia e governo que o juiz municipal e de orfãos dos termos de Pombal, Pátos e Catolê do Rocha baxarel Antonio Benicio Saraiva Leão Castello Branco acha-se suspenso do exercicio do seu emprego por virtude do decreto imperial de 20 de setembro do corrente anno.

— Ao commandante da companhia fixa mandando pôr em liberdade a Emilio Ferreira de Souza, por não estar no caso de ser recrutado.

— Ao juiz de direito interino da segunda comarca, que por falta de tropa para o serviço da praça não pode a Presidencia mandar-lhe o guarda de cavallaria, que Smc. pede em officio de 2 do corrente para o acompanhar para os trabalhos das juntas revisoras dos jurados nos diferentes termos da comarca, podendo Smc. requisitar ao commandante do destacamento d'Areia um soldado para o acompanhar nesse serviço.

— Ao inspector d'administração das rendas que sobre o seu officio de hontem consultando a respeito da cobrança do imposto da ponte do Sanhaço,

em vista do disposto no § 35 do artigo terceiro da lei provincial numero 18 de 11 de outubro do corrente anno, responde a Presidencia que a assembléa n'aquelle § teve unicamente em vista igualar a taxa do animal cavallar carregado ao descarregado; taxa, que até hoje tem sido differente, e não quiz dispensar da referida taxa os outros animaes, e carros, visto que não ha razão plausivel para lhes ser concedido um tão odioso favor, pelo que devem os outros animaes, e carros pagar a taxa, a que sempre estiverão obrigados.

NOVEMBRO 14. — Ao chefe de policia da provincia devolvendo o officio do commandante do corpo policial, que acompanhou ao de Smc. acerca do facto acontecido na madrugada de 12 do corrente com o soldado d'aquelle corpo Antonio Galdino de Oliveira, e que pelas indagações feitas esta reconhe- cido que o tiro foi dado pelo mesmo soldado, o qual para desculpar-se inventou a historia de ter encontrado encaretados, o que é falso, pelo que a Presidencia passa a providenciar para ser castigado o mencionado soldado, como convém.

— Ao commandante da companhia fixa que o embarque para a corte dos cadetes da mesma companhia, determinado em officio de 8 do corrente, terá lugar no terceiro vapor, que aqui vier do Norte, depois desta data.

— Ao inspector da thesouraria remettendo um officio do patrão mor da barra, com um pedido de objectos indispensaveis ao soccorro de embarcações em perigo de naufragio, ou incendio, para que informe com o que occorrer, e devolver os papeis.

— Ao inspector d'administração das rendas mandando pagar a Antonio Rufino Aranha a despesa feita com supprimento de utensilios de consumo feito á secretaria da Presidencia no corrente anno.

— Ao alferes Vicente Ferreira de Oliveira determinando que se aprompte para seguir a corte no segundo vapor, que aqui passar em cumprimento da circular do Governo Imperial de 22 de outubro findo.

— Ao chefe de policia em resposta ao seu officio de 13 do corrente tratando acerca do procedimento do soldado da companhia fixa Manel Joaquim da Assumpção, que maltratou com pancadas a Cordolina Maria da Conceição, fugindo para isto do hospital militar, que a Presidencia recomenda a Smc. que mande instaurar o competente processo; devendo expedir ordens as autoridades policiaes da Taquara, donde veio o dito soldado assentar praça engajado, para ser capturado, visto ter desertado, depois do facto consumado.

Ao inspector d'administração das rendas que tomando em consideração as razões expostas por Smc. em officio de hontem, acerca da arrematação do pescado da villa d'Alhandra, já uma vez effectuada, e que por engano de bases, se mandou invalidar, e attendendo que tendo novamente sido apreguado, nenhum licitante appareceu, talvez por achar-se elevada a nova base, visto como por se ter pela capitania do porto derrubado alguns curraes n'aquelle municipio, como prejudiciaes á navegação, a assembléa teve de conceder abatimento ao arrematante actual; a Presidencia approva a dita arrematação já feita pela quantia de 201\$500 reis, para que produza os seus effectos.

NOVEMBRO 15. — Ao mesmo — Acontecendo que uma parte consideravel dos productos desta provincia demandão o mercado da cidade do Recife, e que não só não é toda considerada de seu verdadeiro destino, como aquella que o é, não dá rendimento a esta provincia, com a unica excepção do algodão, do qual se cobra alguma coisa: nesta data officio ao Exm. Presidente de Pernambuco, pedindo-lhe, como Vmc. verá da copia do officio junto, que haja de ordenar; em primeiro lugar, que os nossos generos paguem logo os respectivos direitos; no acto do desembarque, e antes de serem recolhidos aos armazens particulares; e que sejam recebidos em um só trapiche,

não só para melhor fiscalisação, como para que se possa, em beneficio da agricultura, contractar com algum trapicheiro, ou negociante de assucar, que pode ser encarregado da agencia, para que as despesas que fazem os generos, quando desembarcação sejam diminuidas; para que sejam melhor arrecadados; e tenham mais prompto expediente.

Se o Exm. Presidente de Pernambuco se prestar á essa requisição, unica que pode remover todos os embarcos que tem-se encontrado na cobrança da renda, Vmc. se informara do estabelecimento que mais proprio fôr para o fim desejado, e se entenderá com seu dono, procurando conseguir as melhores vantagens, para os agricultores desta provincia, dando-me de tudo parte, para resolver o que convier.

Se porem o Exm. Presidente de Pernambuco se não quizer prestar a esta exigencia, Vmc. empregara todos os meios, para que pelo menos, não desembarquem os generos, em qualquer parte do littoral, sim somente nos trapiches designados, como acontece com os generos da provincia das Alagoas, em virtude de ordem imperial, que não pode haver escrupulo em tornar interinamente extensiva a esta provincia, por se achar ella em identicas circumstancias, e não haver tempo, uma vez que a safra já principiou, para se representar, sobre este objecto, ao Governo Imperial.

Escusado é dizer á Vmc., que não pode prescindir da cobrança dos direitos, no acto da entrada, fazendo ver ao Exm. Presidente de Pernambuco, que nenhuma outra providencia pode satisfazer, nesta parte porque daria lugar a continuar um estado de cousas que não deve durar, isto é, a apresentar o proprio consulado de Pernambuco, entradas avultadas, de assucar desta provincia, nos mappas que dão, que não produzem renda provincial, pretextando-se que aquelle genero é todo consumido naquella provincia, que reserva todo o que produz para a exportação.

A este respeito, pedi ao Exm. Presidente de Pernambuco, que me dicesse quaes são os meios que julga mais convenientes para que esta provincia seja indemnizada do que lhe pertence, e está reconhecido pelas repartições daquella, não se levando em conta, a renda perdida, por falta de declaração dos lugares de produção, que avulta em mais do que a primeira.

Pedi tambem ao Exm. Presidente de Pernambuco que ouvisse a Vmc., no desempenho da commissão de que vai incumbido; e além de que vai dito no meu mencionado officio, pode Vmc. lembrar tudo quanto fizer a bem da commissão de que o encarreguei; e informar-se de tudo quanto tender a este fim, providenciando logo com o que estiver nas suas attribuições, para uma melhor fiscalisação; e trazendo o mais, a meu conhecimento, para ser tomado na devida consideração.

Outro sim, cumpre que Vmc. procure saber por que preço, comprando-se naquella provincia com lampiões, sahirá cada um, devendo ser dos melhores e chapeados de metal branco, como esta em uso ultimamente, para com mais força reverberarem a luz.

Espero que Vmc. fará tudo quanto estiver á seu alcance, para justificar a confiança do Governo, e melhorar a arrecadação de nossas rendas, e ordeno-lhe que parta no primeiro vapor que seguir para o Sul, visto a urgencia que ha de se attender a objecto de tanta importancia; e nesta data fica expedida ordem para lhe ser paga a ajuda de custo que lhe compete, como official de fazenda em commissão. Deus Guarde a Vmc. Palacio do Governo da Parahyba 15 de novembro de 1850. — *Agostinho da Silva Neves*. — Sr. Dr. José da Costa Machado Junior, inspector das rendas desta provincia.